
**A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL,
E AS AMEAÇAS A PORTUGAL**

A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL, E AS AMEAÇAS A PORTUGAL

O desfecho da 2.^a Guerra Mundial deixou frente a frente os EUA e a URSS, que são as potências dominantes das Ilhas com dimensões continentais a que chamaremos Norte-Americana e Euro-Asiática, respectivamente (ver Fig. 1).

A superpotência Norte-Americana é uma potência naturalmente marítima, e vem actuando como tal, procurando conservar o senhorio do mar para seu proveito e dos seus aliados, e para tentar conter a Potência Continental nos seus limites geográficos naturais, em conformidade com o pensamento do seu maior geoestrategista, que foi Mahan. A superpotência Euro-Asiática deu-se conta de que também ela pode tornar-se numa potência marítima, caminho esse que terá de trilhar se, conforme preveniu o geógrafo inglês Mackinder, pretender criar um desafio sem precedentes à hegemonia mundial que a Potência Marítima tradicional tem secularmente exercido. Os EUA não têm tido fronteiras inseguras, nunca sofreram um ataque ao seu território, e as suas saídas para o mar são directas e desimpedidas com o único constrangimento do Canal do Panamá. A URSS tem sofrido severas invasões e, para ter acesso à extenssíssima costa da imensa Ilha Euro-Asiática, tem de arrostar com a oposição de muitos países, ribeirinhos e outros (a qual tem sido naturalmente encorajada pela Potência Marítima), precisa de melhorar os acessos por terra à sua costa no Pacífico, e tem ainda que encontrar maneiras de poder navegar nos mares gelados do Norte durante todo o ano.

É assim que se tem assistido pelo lado dos EUA a uma estratégia de estreitamento de laços com países que circundam a URSS, de que são exemplos as alianças com os países da Europa Ocidental (a NATO) e com países do sudoeste e do sueste asiático, respectivamente a CENTO e a SEATO (já desactivadas), e ainda o acordo especial com o Japão e a aproximação com a China. Quanto à URSS, além da sua progressiva conversão



em potência marítima através do desenvolvimento de importantíssimas marinhas científica, de pesca, mercante e de guerra (política de que decorrerá inevitavelmente a criação de valiosos interesses marítimos, e o provável desenvolvimento duma autêntica mentalidade marítima), enveredou por uma estratégia de sistemático desmoronamento e penetração de áreas de tradicional influência e apoio da Potência Marítima na faixa periférica da Ilha Euro-Asiática, a que o célebre especialista norte-americano de relações internacionais Spikman chamou de RIMLAND. Para tal, tem-se aproveitado com notório sentido de oportunidade da erupção de ressentimentos que o domínio ocidental de séculos ali semeou.

Do processo referido resultou um cenário de tensão e de conflito permanentes à escala mundial, em que praticamente todos os pontos-chave do globo, na sua maioria tão bem conhecidos do nosso Afonso de Albuquerque, se encontram pelo menos em equilíbrio instável.

Acrescentaremos ainda que o objectivo estratégico primário da URSS, nesta fase, pode muito bem ser, como se tem visto frequentemente aventar, a desunião entre a Europa Ocidental e a Ilha Norte-Americana, ou seja, o desmoronamento da Aliança que tem de fazer da solução de continuidade que é o Atlântico Norte, o seu elo de ligação essencial.

Na perspectiva deste presumível objectivo primário da União Soviética, o que se está passando no Mundo tenta-nos a olhar para a estratégia seguida pela URSS como se tratasse da condução duma partida de xadrez, um velho jogo de guerra lento, frio e calculista, que nos parece bem ao sabor do que se diz poder ser a mentalidade euro-asiática dos russos.

Como toda a gente sabe, um jogador de xadrez de categoria não espera ter de prolongar uma partida até ao xeque-mate propriamente dito, isto é, até à subjugação final do antagonista, uma vez que confia que ele acabe por tomar a iniciativa de abater o seu próprio rei quando se tornar evidente a inutilidade de continuar a resistir. Quer isto dizer que julgamos ser coerente, e por conseguinte, possível, da parte dos russos, tudo fazerem para vencer a partida, ou seja, «finlandizar» a Europa Ocidental, sem chegarem à guerra directa com os norte-americanos. A ser assim, poderiam em primeiro lugar procurar criar uma situação em que os europeus ocidentais deixassem de acreditar, ou de querer acreditar, na praticabilidade

do auxílio dos EUA, ou mesmo deixassem de o desejar, com receio de graves destruições que daí pudessem advir (filosofia que começa a ser conhecida por «Better Red Than Dead»). E, no caso de falharem estas linhas de acção, poderiam então os russos fazer por que tal auxílio se tornasse efectivamente impraticável. Apenas por erro de cálculo, precipitação ou acidente, julgamos por isso possível o despoletamento de uma situação conducente a uma guerra generalizada convencional (a qual é, por si só, susceptível de poder conduzir a uma guerra nuclear), ou o recurso extremo a uma guerra nuclear.

Sentimo-nos por conseguinte tentados a acreditar que os estrategistas de Moscovo poderão estar conduzindo de momento a sua partida usando da iniciativa que compete conservar a quem joga com as pedras brancas, mas procurando prudentemente manter o conflito na sua forma de confrontação indirecta com os de Washington, pelo menos enquanto tal lhes trazer vantagem, uma vez que esta modalidade será em princípio a menos susceptível de conduzir à catastrófica escalada nuclear.

A manobra em curso, que, conforme se sugeriu atrás, poderia efectivamente pretender eventualmente desligar a Europa Ocidental dos EUA, estaria assentando nas seguintes iniciativas ou jogadas principais (ver Fig. 1), as quais são cada vez mais nítidas:

- Fixar as atenções, as preocupações e os recursos militares principais do antagonista na Frente Leste do Continente Europeu, exibindo para isso uma ameaçadora superioridade em meios convencionais terrestres e aéreos (a qual foi ultimamente acrescida dos mísseis de teatro móveis multi-ogiva SS-20, e dos famosos aviões «BACK-FIRE»), acompanhada de advertências e de ameaças, mais ou menos explícitas, aos países europeus mais expostos, sempre que a NATO pretenda instalar nos seus territórios armamentos que permitam restabelecer o equilíbrio de forças (caso das prontas reacções soviéticas às bombas de neutrões e aos mísseis de cruzeiro e «Per-shing II»);
- Promover a incredibilidade da opinião pública da Europa Ocidental quanto à existência de uma ameaça militar real da URSS, através duma ofensiva de cariz pacifista exercida sobretudo sobre as camadas mais jovens das populações;

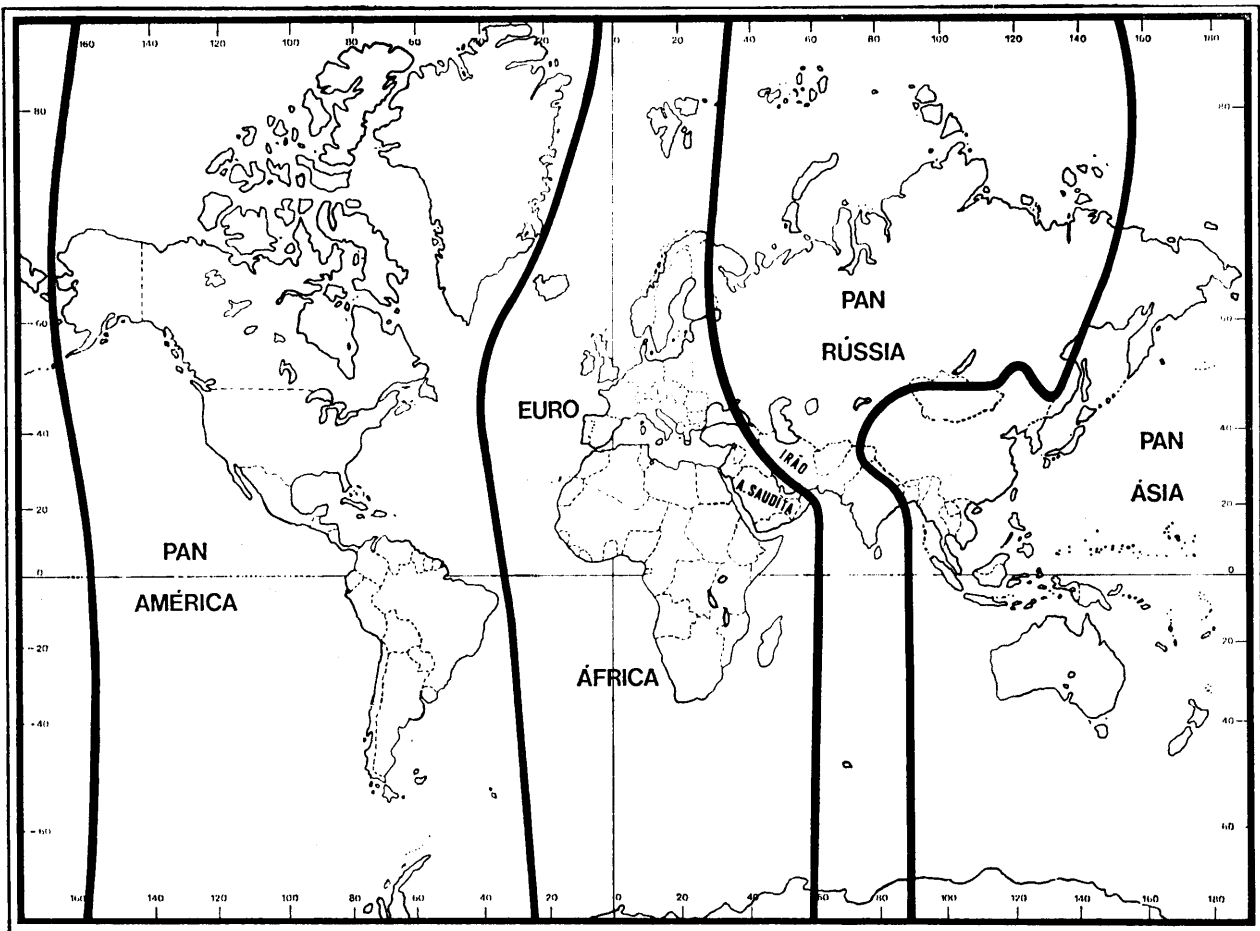


Fig. 2

- Favorecer um clima de falta de confiança na continuidade do aprovisionamento de hidrocarbonetos das regiões petrolíferas do sudoeste asiático, através do aproveitamento psicológico de ocorrências desestabilizadoras ali verificadas (como a revolução no Irão e a guerra entre este país e o Iraque) e pelo próprio avanço militar soviético no Afeganistão, e simultânea tentativa de criar aos países europeus ocidentais uma séria dependência energética relativamente à Sibéria, prometendo-lhes maior estabilidade de fornecimentos daqueles produtos energéticos, em troca de auxílio tecnológico e financeiro de que muito necessita para a exploração dos recursos da Península de «Yamal» e para desbravar a Sibéria;
- Envolver a Europa Ocidental (e o próprio Atlântico Norte) por meio de subtil pressão sobre as ilhas do Mar de Barentz, através de progressão «por procuração» para o Atlântico pelo Norte de África (cujo objectivo final principal bem pode ser uma reviravolta em Marrocos a provocar pela acção corrosiva decorrente da luta travada por este país no Sara Ocidental, e o fomento de agitação nas Canárias), e ainda pela tentativa de fixação das atenções e das preocupações principais dos EUA nas Caraíbas e na América Central (encorajando ali a instabilidade característica de um autêntico «Rimland» da Ilha Norte-Americana).

No caso da URSS não conseguir a efectiva «finlandização» da Europa Ocidental, parece-nos lógico que, só então, pudesse vir a considerar um reforço da manobra indirecta de envolvimento do Velho Continente que tem em curso, por uma acção de força limitada, que visasse tornar extremamente problemático o socorro do Continente Norte-Americano à Europa Ocidental. Tal acção de reforço poderia justificar-se, dado que o socorro é realmente tão importante, que foi efectivamente ele o factor decisivo da vitória dos Aliados nas duas últimas Guerras Mundiais. E, acentue-se, esse socorro só foi viável após ter sido possível assegurar o senhorio aero-naval do Atlântico Norte, para o que a utilização dos Açores foi também decisiva.

Tal hipotética acção de força limitada poderia resultar melhor, quanto a eficácia e a menor risco de escalada, se fosse tentada de surpresa, por meio da ocupação por assalto vertical e/ou anfíbio de territórios e de ilhas

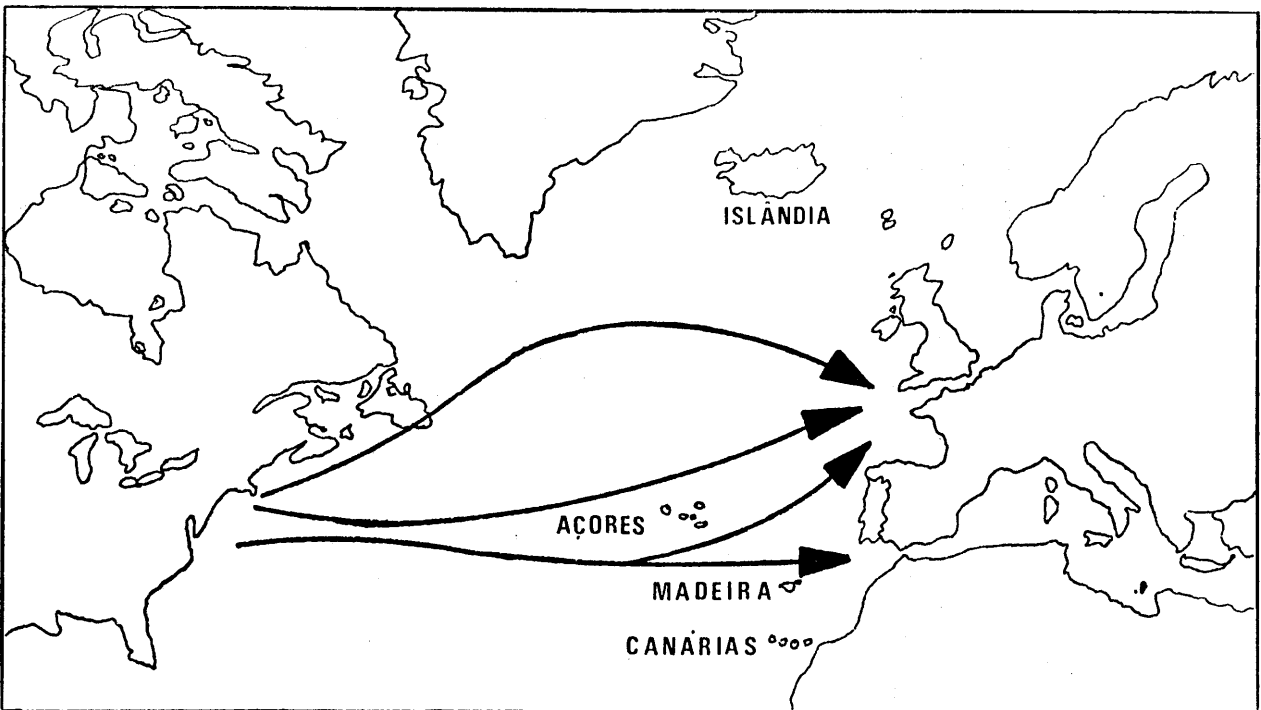


Fig. 3

cuja posse é indispensável para assegurar o senhorio do Atlântico Norte (costa norte da Noruega, ilhas do Mar de Barentz, Islândia, Gronelândia, Açores, Madeira). Essa acção poderia limitar-se tão-somente à neutralização prévia daquelas mesmas posições por meio de bombardeamento de surpresa de pontos de apoio e de meios de comando e de controlo nelas existentes (utilizando, por exemplo, aviões «Backfire» baseados em terra, aviões oriundos de navios porta-aéreos e mísseis de submarinos nucleares lança-mísseis balísticos e/ou de cruzeiro com ogivas nucleares miniaturizadas), a que poderia seguir-se a sua interdição contínua por meio do exercício de suficiente superioridade aérea com recurso, por exemplo, a aviões baseados no litoral da Noruega e no Norte de África. A capacidade militar soviética em meios aéreos, em meios navais de superfície e em submarinos, e em meios de assalto anfíbio e/ou vertical, torna materialmente viável a linha de acção sugerida. Esta hipótese, aliás, parece não ser irrealista nem escapar aos estrategistas da NATO, a ajuizar pelos exercícios que têm sido executados com regularidade para treinar o rápido socorro à Noruega, pela corrente britânica que entende ser preferível retirar as suas forças da Alemanha Ocidental para com elas constituir um corpo de intervenção para actuar nas ilhas situadas entre a Gronelândia e o Reino Unido e na Noruega, e pelas afirmações de responsáveis do SACLANT quanto à «absoluta necessidade» de se tomarem medidas de antecipação a ataques soviéticos de surpresa às Ilhas Atlânticas no eventual dealbar de uma guerra.

Os soviéticos não ignorarão que, para dissuadir um adversário de reagir a uma acção de força, se torna indispensável estar apto a combater no patamar seguinte de violência. Este poderá ser um dos significados do esforço feito pela URSS para atingir a paridade nuclear com os EUA. E isto porque tal paridade será porventura suficiente para assegurar a Moscovo a manietação nuclear dos EUA, dado que a URSS goza de algumas vantagens relativamente ao seu opositor, nomeadamente de ordem geográfica, que lhe permitem esperar ter algum sucesso numa eventual guerra nuclear entre ambos. A questão é que a maior extensão territorial da URSS, e a distância dos seus centros vitais à orla marítima, tornam-lhe possível e aliciante proceder a uma mais eficaz dispersão de alvos e à instalação de razoável defesa antimíssil em profundidade com radares e mísseis antimísseis. Outra vantagem da URSS reside no facto de ter desen

volvido entretanto uma enorme rede de defesa civil, factor que os norte-americanos parece terem descurado bastante mais. Tal superioridade tem permitido especulações como a de que uma guerra nuclear entre as superpotências poderia provocar nos EUA uns 100 milhões de mortos, enquanto que na URSS «apenas» uns 10 milhões, isto no caso de a iniciativa de ataque pertencer à URSS. A paridade nuclear pode assim, apesar da aparência em contrário, não ser suficiente para evitar que a URSS se arrisque a tirar partido da sua considerável superioridade em armamento convencional, pelo menos para ir atingindo objectivos políticos.

Entretanto, e não apenas para amenizar, é forçoso reconhecer-se que as partidas de xadrez podem afinal terminar num empate, o que não será de pôr totalmente de parte quanto a esta «Terceira Guerra Mundial». De facto, não será de todo impossível chegar-se a um ponto em que as reacções cada vez maiores que a política da URSS vem provocando no exterior (exemplo da aproximação da China com os EUA e com o Japão, do despertar de países da Europa Ocidental como a França e a Alemanha, e principalmente do verificado nos EUA), bem como as possíveis dificuldades de ordem interna (não apenas em estados-tampão do «Rimland» euro-asiático, como está acontecendo na Polónia e no Afeganistão, mas mesmo na própria frente interna soviética) poderão vir a aconselhar ou mesmo a impor um novo estado de equilíbrio mundial que evite a tragédia da escalada nuclear, dando eventualmente lugar a uma «Détente» mais aceitável do que a que está a ser agora posta em causa.

Seria extremamente curioso se tal «Détente» viesse afinal a assentar num novo «Tordesilhas» multifacetado, mais ou menos «decalcado» dos conceitos pan-regionais dos geopolíticos da antiga e desacreditada escola alemã, (ver Fig. 2) onde os múltiplos diálogos Norte-Sul actuais decorrentes das complementaridades realmente existentes, pudessem ter uma expressão mais em sintonia com a polarização de poderes mundiais que se encontra em desenvolvimento. De facto, quem poderá afirmar com segurança ser impossível que, da «guerra» actualmente em curso, não venha realmente a resultar uma divisão do mundo entre mais de duas superpotências, e que dê corpo, por exemplo, à tese da América para os americanos, à aproximação da CEE ao Norte de África, à África Negra e ao Médio Oriente (que tem vindo a ser intensificada através das Convenções de Lomé), às

históricas pretensões atribuídas aos «czares» de acesso aos mares quentes (que coincidem com a predição de Mahan quanto a uma futura progressão russa para o Índico através do Afeganistão e da Pérsia, de que pode resultar a «partilha» da Região do Golfo entre o Leste e o Ocidente), e à aproximação já em curso do Japão à China e ao Sueste Asiático?

Mas, regressando à hipótese de guerra, para nos irmos aproximando da questão das ameaças a Portugal, importa desde logo ter presente que o Atlântico Norte é realmente um oceano decisivo para o Conflito Leste-Oeste. E isto é assim porque é através dele que pode materializar-se a compensação de potencial geoestratégico de que a Europa Ocidental precisa por enquanto para fazer face à pressão da União Soviética. E porque aos norte-americanos também interesse, como Potência Marítima, e para a sua própria defesa em profundidade, conter o mesmo antagonista, o Atlântico Norte representa efectivamente um elo indispensável para a solidariedade da Comunidade Atlântica e para a sobrevivência desta. É esta uma das razões principais porque a estratégia do Ocidente relativamente ao Atlântico Norte tem de ser uma Estratégia de Utilização, e a do Bloco Leste, seu opositor, deve ser, em princípio, uma Estratégia de Interdição.

Temos para nós que, nos responsáveis pelo Ocidente, existe a convicção de que os atractivos do seu sistema económico, social e político são mais do que suficientes para conter os projectos expansionistas do seu antagonista. Estamos igualmente convencidos de que eles não ignorarão, no entanto, que este antagonista é ainda uma superpotência apenas no domínio militar, pelo que, logicamente, terá propensão a tirar partido desse trunfo para prosseguir na tentativa de consecução dos seus conhecidos objectivos políticos. É por isso que se impõe à Aliança Atlântica a adopção de uma estratégia que, sem se afastar da filosofia defensiva que os seus membros preferem, seja realmente capaz de o demover do recurso à força, aberto ou encapotado. Desde que, para dissuadir um antagonista de enveredar pela violência, se torna necessário convencê-lo de que encontrará réplica implicando consequências inaceitáveis, então a Aliança Atlântica terá de demonstrar encontrar-se efectivamente preparada e disposta a enfrentá-lo militarmente em diversos patamares.

Assim, parece que os EUA, e os países europeus ocidentais mais interessados e/ou envolvidos, deverão procurar remediar quanto antes o problema da sua actual inferioridade nuclear (casos da referida falsa paridade EUA-URSS e dos vectores nucleares de teatro voltados para a Europa Ocidental). Note-se que, no domínio da estratégia nuclear, a vigilância dos movimentos dos submarinos lança-mísseis balísticos do antagonista, e a protecção dos próprios (que são vulneráveis a ataques de submarinos «caçadores» e de meios aéreos anti-submarinos embarcados e baseados em terra) assume extraordinária importância. Não admira, por conseguinte, que os EUA atribuam tão grande valor às ilhas atlânticas da Islândia e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, como pontos de apoio para sistemas de vigilância e de protecção.

Uma guerra generalizada convencional, ao estilo das ocorridas em 1914-18 e em 1939-45, é outra eventualidade para a qual a NATO deve demonstrar estar preparada, se quiser evitar a sua repetição e o risco de escalada nuclear que ela comporta. Naquelas duas guerras ficou amplamente demonstrado que a defesa militar da Europa tem duas componentes, a europeia propriamente dita, e a atlântica. Nelas ficou ainda claramente evidenciado, e isso é cristalinamente reconhecido por todos os aliados europeus nos seus Livros Brancos de Defesa, que a componente atlântica da defesa da Europa é vital pois, sem o socorro que lhes possa vir do Continente Norte-Americano através do Atlântico Norte, os aliados europeus não poderão resistir a uma invasão do Leste. Aqui reside outra das razões por que o Território Nacional (Continente e Arquipélagos) e a Islândia têm uma importância extraordinária para a NATO, dado que a utilização do Atlântico Norte é vital para as suas eficácia e credibilidade, e as rotas marítimas e aéreas de socorro não podem dispensar o apoio das suas bases (ver Fig. 3).

Conforme se referiu atrás, a superpotência Euro-Asiática, reconhecendo a importância vital do socorro norte-americano no esquema de defesa da Europa Ocidental, pode, em teoria, ser tentada a interditar de surpresa os pilares físicos em que assenta a solidariedade atlântica, ou seja, as bases aeronavais da Islândia e do Território português (Continente e Ilhas). Para tal, como se referiu atrás, poderá optar por assalto vertical (para o que dispõe de capacidade, conforme demonstrou recentemente nas movimentações de aerotransporte na Etiópia e no Afeganistão), ou por bom-

bardeamento a partir do sector do mar, quer por meio de submarinos lança-mísseis (táticos, de cruzeiro, ou até balísticos), quer por meio de aviões embarcados e/ou baseados em terra (os «Backfire» da sua poderosa Aviação Naval). Note-se desde já que, contra o Continente português, o arco de aproximação para ataque a partir do mar é incomparavelmente mais aberto e desimpedido do que o «funil» terrestre constituído pela Espanha e pela Europa (ver Fig. 1), através do qual, inclusivamente, a surpresa e a própria consumação dos ataques são muito mais problemáticas. Por outro lado, acontece ainda que os alvos com maior valor estratégico no território português no âmbito do Conflito Leste-Oeste — complexos portuários e aeroportuários — se encontram na orla marítima, e que a tradicional Potência Continental tem hoje ampla capacidade para actuar também como Potência Marítima. Acresce ainda ser muito menos detectável e, por conseguinte, política e militarmente menos arriscado, dispor com antecedência submarinos, navios e aviões em posição de ataque, do que meios de actuação sobre a terra.

Outro tipo de manobra que pode ser tentada pela superpotência Euro-Asiática para a consecução do tal objectivo prioritário de separação dos aliados europeus-ocidentais dos norte-americanos, consiste no recurso a forças actuando «por procuração», como pode ser o que estará acontecendo com a ligação Argélia-Líbia-Mauritânia-Polisário. Esta manobra, a ter e a conseguir os objectivos que referimos atrás, será susceptível de pôr em perigo as comunicações marítimas de que a Europa é altamente dependente — no Estreito de Gibraltar e ao longo da costa atlântica do noroeste africano — e pode criar uma ameaça aos próprios arquipélagos de Cabo Verde, Canárias e Madeira. Para responder a esta manobra, parece-nos que se imporia, para além de outras eventuais medidas, prestar a maior atenção à evolução da situação interna em Marrocos, e acelerar o ingresso da Espanha na NATO. Quanto a este ingresso, as posições geográficas do país vizinho, mormente o Eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, a expressão geográfica do seu território, e o seu já considerável poderio aeronaval e anfíbio, parecem-nos indispensáveis para completar os contributos italiano e francês para a segurança do flanco mediterrânico da Europa. A importância deste flanco pode talvez aferir-se melhor pela decisão sem precedentes da França, executada já há alguns anos, de transferir os seus dois porta-aviões de Brest, na Bretanha, para Toulon, no Mediterrâneo.

Parece assim que a caracterização territorial dos países ibéricos, e o cenário que consideramos mais provável para a 3.^a Guerra Mundial em curso, apontam para tarefas diferenciadas de Portugal e da Espanha no âmbito da NATO. Foi certamente devido a essa diferenciação que: nas duas últimas guerras, as poucas posições atlânticas espanholas (Ferrol no norte, e Cádiz no sul) não foram necessárias para os êxitos dos aliados na Batalha do Atlântico e ao socorro norte-americano à Europa; que os aliados não puderam prescindir dos Açores naquelas mesmas duas guerras; que a NATO entendeu ser indispensável desde logo a integração de Portugal, e não a da Espanha; e que todo o território português (Continente e Arquipélagos) tivesse sido inserido no Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT) e não no da Europa (SACEUR). Tudo isto não será afinal senão o reconhecimento da justeza da tradicional política atlântica portuguesa, de que o lugar de Portugal é na componente atlântica da defesa da Europa, e de que o ingresso da Espanha na Aliança se justifica principalmente pelas preocupações decorrentes da evolução da situação no flanco sul da Europa e pela conveniência de alargar os limites geográficos da NATO mais para sul (Canárias).

Mas não é apenas por conveniência da NATO que Portugal deverá permanecer vinculado à componente atlântica da defesa da Europa Ocidental, e ao SACLANT. Esta política, que parecerá à primeira vista em oposição com a opção nacional pela CEE, não o está realmente, pois não só a Europa ainda não atingiu o estágio político que lhe permita começar a encarar a sua Defesa Comum, como ainda, conforme advertiu Mackinder, não poderá de qualquer modo dispensar a solidariedade atlântica, para poder contrabalançar a considerável pressão centrífuga da Potência Continental. Mas o caso é que a nós, portugueses, não nos é sequer lícito esquecer que o que nos distingue por exemplo do País Basco é a atlanticidade do território continental e o seu prolongamento arquipelágico. Também não nos será lícito esquecer que, a deixarmos eventualmente ligar o Continente ao SACEUR, poderá dar-se um passo no sentido de comprometer o nosso objectivo histórico fundamental de sobrevivência — a coesão interterritorial. É que a nós importa sobretudo não deixar repartir o território nacional por dois comandos supremos aliados. Por isso, uma vez que os arquipélagos tenderão obviamente a permanecer no SACLANT, e uma eventual inserção do Continente no SACEUR poderia implicar inclu-

sivamente uma qualquer subordinação de cariz militar à Espanha, só nos interessa mantermo-nos no SACLANT, se não quisermos ser nós próprios a contribuir para que a linha de separação entre a PAN-AMÉRICA e a EURO-ÁFRICA (ver Fig. 2) passe um dia entre os arquipélagos e a Europa, o que constituiria afinal um mau serviço às causas nacional, ibérica e europeia. Concomitantemente com a política de coesão interterritorial, há ainda que adoptar uma filosofia de defesa militar adequada a este objectivo, a qual, para ser ainda exequível e aceitável, deverá servir em primeiro lugar o interesse nacional, mas sem deixar de ser também conveniente para a Aliança Atlântica. No mínimo, conforme sugerimos em artigo publicado no n.º 15 desta Revista, subordinado ao título «Contribuição para uma Filosofia de Defesa Militar Portuguesa», tal política, que deverá ser arquipelágica, terá de garantir com meios próprios (com a ajuda material aliada onde necessário) a defesa dos complexos portuários e aeroportuários vitais e a das suas aproximações terrestres (caso do Continente), aéreas e marítimas, prever mobilidade interterritorial, e considerar capacidade de actuação aeronaval que permita, além do exercício de presença na vasta ZEE, ir satisfazendo simultaneamente as necessidades de vigilância e de presença do COMIBERLANT, e mesmo a defesa das comunicações marítimas nacionais e aliadas em caso de crise grave, ou nos primeiros dias duma eventual conflagração convencional generalizada.

Deve concluir-se do cenário que temos vindo a esboçar que dificilmente o Território Nacional deva ser considerado apenas, ou mesmo principalmente, como retaguarda, ou como cais de desembarque na Europa, pois, como acentuámos, pode muito bem acontecer que, na estratégia da superpotência Euro-Asiática — que agora também tem capacidade para utilizar o mar — as nossas posições estejam afinal na primeira linha. Por outro lado, acontece ainda que, nas duas últimas guerras mundiais, os cais da Europa foram realmente a França e a Itália, certamente porque, entre outras coisas, a Península é muito excêntrica relativamente ao Continente europeu (ver Figs. 1 e 3). Mesmo em termos comerciais, os transportes marítimos tenderão a continuar a dirigir-se preferencialmente ao coração da Europa, pois, além das motivações óbvias de ordem geográfica (ver Fig. 1), o frete marítimo é cerca de dez vezes mais barato do que o ferroviário. A propósito, parece que no nosso país, a correcta preocupa-

ção recente de não mais se voltar absurdamente as costas à Espanha, estaria a dar lugar a uma situação ainda mais absurda e perigosa de as voltar ao mar, a ajuizar pelos factos de a nossa Marinha Mercante não estar satisfazendo sequer 15 % das necessidades dos nossos transportes marítimos (mais de 90 % das importações e mais de 80 % das exportações portuguesas utilizam a via marítima) e de começar a emergir a ideia de que a Marinha Mercante já não é um factor de independência nacional. Isto, num país que, até para garantir a coesão interterritorial, não pode dispensar a utilização do mar com meios autónomos, e que se encontra integrado numa aliança que necessita como pão para a boca de muitos navios mercantes para o vital socorro norte-americano à Europa em caso de ataque do Leste.

Por continuar a dizer-se em Portugal que não há agora mais ameaças ao nosso país, e daí se preconizar a redução das despesas com as Forças Armadas, para além do que dissemos relacionado com a necessidade de se defender a identidade e a coesão nacional nos planos ibérico, europeu e da NATO, lembraríamos mais vez o drama pungente do Líbano. Como acontece com Portugal, este pequeno país situa-se numa região de grande apetência das superpotências, cujas interferências provocam divisões e instabilidade crónica, e onde nem sequer os conflitos surgidos têm necessariamente sempre origem espontânea. A fragilidade das suas Forças Armadas explica o resto do drama de se ver hoje ocupado por vários tipos de forças estrangeiras, que ali travam uma guerra que já nem sequer é claramente nacional. Será realmente que os Exércitos, que não se podem improvisar quando surge a necessidade de a eles se recorrer, constituem uma mera despesa? Ou, pela consideração e respeito que impõem a outros países, e pela confiança interna que inspirem, não serão também um investimento conveniente ao próprio progresso económico?

Ainda porque na Europa parece começar agora a acreditar-se menos em ameaças do Leste, lembraríamos aqui o aviso solene do dissidente soviético Soljenitzyne ao Ocidente, a propósito de divisões de opinião que se verificam em países europeus — «o que vos ameaça sois vós mesmos», e lembraríamos ainda o conceito de Lênine — «a arte superior da guerra consiste em vencer um adversário sem combate».

Afigura-se-nos que, para podermos desenvolver uma filosofia de Segurança Nacional que responda às ameaças do tipo que a Terceira Guerra Mundial produz, que seja consequente, cujas linhas mestras tenham necessariamente boas possibilidades de resistir às normais alternâncias democráticas de Governo, e que reforce o nosso prestígio e a nossa autonomia, nos estará faltando, não apenas uma Lei da Defesa Nacional, mas também, e muito principalmente: a possibilidade de se poder efectivamente viabilizar o indispensável caldeamento de conhecimentos, de experiências e de sensibilidades entre os mais representativos valores da vida política e da vida militar (dos três Ramos); a introdução com brevidade de estudos de Defesa no ensino universitário, nomeadamente em cursos de jornalismo; e a existência de departamentos de Informações Estratégicas (que, dedicando-se a análises que visam a tomada de opções a alto nível político-estratégico, não devem ser confundidos com os departamentos de Informações de natureza operacional e de natureza policial).

Finalmente, julgamos ainda que a ameaça decorrente duma grave crise, como é a «Terceira Guerra Mundial», sendo de natureza global, tende a confundir cada vez mais os problemas de Segurança com os da Política Geral, pelo que se impõe Defesa Global, isto é, Defesa a todos os níveis efectivamente coordenada e dirigida. É por isso que, por exemplo nos EUA — onde o Departamento da Defesa se tem preocupado principalmente com as Forças Armadas — o Chefe do Executivo costuma ser o responsável directo pela gestão da Segurança, para o que é normalmente assessorado por um Conselho de Segurança Nacional apoiado num Gabinete de especialistas e nos departamentos de Informações Estratégicas existentes.

Para terminar, diremos que nos parece ser o rearmamento dos países aliados infelizmente necessário para se alcançar uma paridade efectivamente susceptível de dissuadir uma escalada incontrolável de violência e de permitir ao Ocidente a firmeza de atitudes que torne desejável uma «détente» autêntica. Esta afirmação obriga-nos contudo a relembrar uma frase do segundo Presidente dos EUA, John Adams, numa carta dirigida a sua mulher, a qual foi citada pelo Brigadeiro Rocha Simões na Lição Inaugural de um dos Cursos de Defesa Nacional do IDN — «Eu tenho de

estudar a Política e a Guerra, para que os meus filhos possam vir a ter a liberdade de estudar Matemática, Filosofia, Geografia, História Natural, Navegação, Comércio e Agricultura; por forma a que os seus filhos possam vir a estudar Pintura, Poesia, Música, Arquitectura, Estatuária, Tapeçaria e Porcelana». Para sermos coerentes, resta-nos lamentar que ainda hoje nos tenhamos de preocupar em preparar a guerra para assegurar a paz.

Quanto ao papel a desempenhar por Portugal no esquema de defesa militar da Aliança Atlântica, duas ou três observações ainda. O empenhamento de meios militares portugueses na componente atlântica de defesa europeia tem a virtude indesmentível de procurar reduzir o vazio militar que temos mantido na nossa área terrestre, marítima e aérea doméstica, e de evitar que outros o tenham de fazer por nós, dada a sua importância geoestratégica, o que tende a preservar a coesão interterritorial e a independência nacional; por outro lado, qualquer empenhamento orgânico na componente continental de defesa europeia, para além de ter de ser mínimo e, por isso mesmo, platónico e dispensável, contribuiria para diminuir a nossa já insuficiente capacidade para preencher o vazio doméstico, e para aceitar submissões desnecessárias e inconvenientes a comandos estrangeiros, tudo concorrendo afinal para diminuir os nossos graus de liberdade de manobra no seio da própria NATO.

Abril de 1981.

Capitão-de-mar-e-guerra
Virgílio de Carvalho